

MANUEL DUARTE GOMES DA SILVA
Legislaturas: IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI.



Data de nascimento

- 1915-12-19.

Localidade

- Lisboa.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1940);
- Doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas (1944).

Profissão

- Professor universitário.

Carreira profissional

- 1944 – Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Perfil político-ideológico

- Vice-presidente e Presidente da Secção de Direito da Juventude Universitária Católica, organização de que foi Presidente Geral (1940-1941);
- 1944 – Participa no II congresso da União Nacional, onde apresentou uma tese sobre a Previdência em Portugal.

Carreira político-administrativa

- Assistente dos Serviços de Acção Social do INTP;
- 1945 – Membro da Comissão Consultiva da Previdência Social junto do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social;
- Vogal do Conselho Superior da Previdência Social;
- Membro da Comissão encarregada da elaboração do novo Código Penal;
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
IV	20. ^a – Política e administração geral.
V	Comissão de Verificação de Poderes; 21. ^a – Justiça.
VI	XII – Interesses de ordem administrativa (<i>1.^a Subsecção – Política e administração geral</i>).
VII	XII – Interesses de ordem administrativa (<i>3.^a Subsecção – Justiça</i>).
VIII	XII – Interesses de ordem administrativa (<i>3.^a Subsecção – Justiça</i>).
IX	XII – Interesses de ordem administrativa (<i>3.^a Subsecção – Justiça</i>).
X	XII – Interesses de ordem administrativa (<i>3.^a Subsecção – Justiça</i>).
XI	XII – Interesses de ordem administrativa (<i>3.^a Subsecção – Justiça</i>).

Pareceres subscritos/relatados [Total: 82]

IV Legislatura (1945-1949) [14]

- 2/IV – Organização hospitalar.
- 4/IV – Acordos entre os Governos de Portugal e da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre serviços aéreos entre os territórios português e britânico e através deles.
- 6/IV – Foros (*Relator*).
- 8/IV – Alterações à Carta Orgânica do Império Colonial Português.
- 9/IV – Legislação eleitoral.
- 11/IV – Expropriações.
- 15/IV – Restabelecimento dos lugares dos administradores de concelho.
- 16/IV – Inquilinato.
- 18/IV – Remição de censos, quinhões e direitos compáscuos (*Relator*).
- 20/IV – Imposto sobre sucessões e doações.

- 26/IV – Feriados e dia de descanso semanal (*Relator*).
- 29/IV – Questões conexas com o problema da habitação.
- 36/IV – Regulamento das Estradas Nacionais.
- 38/IV – Abandono de família (*Relator*).

V Legislatura (1949-1953) [9]

- 7/V – Alterações ao regime do inquilinato.
- 8/V – Organização dos Serviços de Registo e do Notariado.
- 13/V – Processo de liquidação de sisa devida nos casos de partilhas judiciais, quando haja lugar ao pagamento de tornas (*Relator*).
- 26/V – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 29/V – Atribuição de responsabilidades em casos de alcance de valores públicos.
- 40/V – Expropriações por utilidade pública.
- 41/V – Nova redacção do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38 906, de defesa do património artístico.
- 43/V – Propriedade intelectual.
- 45/V – Colonização de zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola.

VI Legislatura (1953-1957) [27]

- 1/VI – Autorização de receitas e despesas para 1954.
- 4/VI – Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro.
- 5/VI – Plano de financiamento da Junta Autónoma de Estradas para o período de 1956 a 1970.
- 6/VI – Regime da indústria hoteleira.
- 7/VI – Acordo criando a Comissão de Cooperação Técnica em África ao Sul do Sara.
- 8/VI – Responsabilidade pelos encargos em matéria de assistência hospitalar.
- 9/VI – Autorização das receitas e despesas para 1955.
- 10/VI – Transporte de mercadorias em automóveis de aluguer.
- 11/VI – Protocolo Adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 13/VI – Registo da propriedade automóvel.
- 17/VI – Assistência aos funcionários civis tuberculosos.
- 26/VI – Limitação da remuneração dos corpos gerentes de certas empresas.
- 28/VI – Produção e comércio de conservas.
- 30/VI – Projecto de decreto sobre a regulamentação do instituto da propriedade horizontal (*Relator*).
- 32/VI – Interpretação e extensão das isenções concedidas pela Lei n.º 2073.
- 36/VI – Turismo.
- 37/VI – Organização e funcionamento dos Institutos de Serviço Social.
- 38/VI – Execução do princípio da obrigatoriedade do registo predial.
- 40/VI – Organização geral da Nação para o tempo de guerra.
- 41/VI – Plano de Formação Social e Corporativa.
- 42/VI – Corporações.
- 44/VI – Autorização das receitas e despesas para 1957.
- 46/VI – Delitos contra a saúde pública e a economia nacional.
- 47/VI – Alterações a introduzir na Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948.
- 48/VI – Instituto Nacional de Sangue.
- 51/VI – Reforma dos tribunais do trabalho.
- 55/VI – Actividades circum-escolares.

VII Legislatura (1957-1961) [5]

- 6/VII – Da nacionalidade portuguesa.
- 9/VII – Alterações a alguns artigos do Código de Processo Penal.
- 29/VII – Revisão do regime jurídico da colonização interna.
- 32/VII – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 42/VII – Estatuto da Saúde e Assistência.

VIII Legislatura (1961-1965) [6]

- 3/VIII – Organização judiciária.
- 4/VIII – Valorização do património imobiliário das Misericórdias.
- 11/VIII – Propriedade da farmácia.
- 14/VIII – Colheita de órgãos e tecidos nos cadáveres (*Relator*).
- 15/VIII – Alterações ao Decreto-Lei n.º 28 219 de 24 de Novembro de 1937 (Uso de acendedores e isqueiros).

- 18/VIII – Projecto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 (Continente e ilhas) – ANEXO V – Habitação.

IX Legislatura (1965-1969) [8]

- 3/IX – Mar territorial e zona contígua.
- 4/IX – Regime jurídico da caça e do repovoamento.
- 9/IX – Projecto do III Plano de Fomento, para 1968-1973 – Continente e ilhas – ANEXO XII – Habitação e urbanização.
- 12/IX - Alteração da base XXI da Lei n.º 2114, de 15 de Junho de 1962.
- 18/IX – Estabelecimento de normas tendentes a imprimir maior celeridade à justiça penal.
- 28/IX – Revisão do Decreto-Lei n.º 47 032, de 27 de Maio de 1966 (Regime jurídico do contrato individual de trabalho).
- 29/IX – Alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado para fins de interesse público.
- 30/IX – Colheita de produtos biológicos humanos para liofilização.

X Legislatura (1969-1973) [12]

- 2/X – Servidões administrativas.
- 5/X – Criação de tribunais de família.
- 6/X – Assistência judiciária.
- 25/X – Liberdade religiosa.
- 33/X – Organização judiciária.
- 36/X – Estabelecimento de normas aplicáveis às sociedades comerciais.
- 37/X – Organização judiciária.
- 43/X – Registo nacional de identificação.
- 46/X – Protecção da intimidade da vida privada.
- 47/X – Agrupamentos complementares de empresas.
- 51/X – Revisão do regime de rendas de prédios destinados a habitação em Lisboa e Porto.
- 54/X – Bases da reforma penal (Penas criminais e medidas de segurança).

XI Legislatura (1973-1974) [1]

- 3/XI - Transplantações de tecidos ou órgãos de pessoas vivas.